

Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3



Natália Lampert Batista
Tascieli Feltrin
Maurício Rizzatti
(Organizadores)

Formação, Prática e Pesquisa em Educação 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora
Copyright © Atena Editora
Copyright do Texto © 2019 Os Autores
Copyright da Edição © 2019 Atena Editora
Editora Executiva: Prof^a Dr^a Antonella Carvalho de Oliveira
Diagramação: Geraldo Alves
Edição de Arte: Lorena Prestes
Revisão: Os Autores

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores. Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

Conselho Editorial

Ciências Humanas e Sociais Aplicadas

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof^a Dr^a Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Prof^a Dr^a Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof^a Dr^a Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Prof^a Dr^a Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof^a Dr^a Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof^a Dr^a Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Ciências Agrárias e Multidisciplinar

Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano
Prof^a Dr^a Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof^a Dr^a Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

Ciências Biológicas e da Saúde

Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás
Prof.^a Dr.^a Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará

Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

Ciências Exatas e da Terra e Engenharias

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

Conselho Técnico Científico

Prof. Msc. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba
Prof. Msc. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão
Prof.ª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico
Prof. Msc. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro
Prof. Msc. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará
Prof. Msc. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista
Prof.ª Msc. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia
Prof. Msc. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof.ª Msc. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)	
F723	Formação, prática e pesquisa em educação 3 [recurso eletrônico] / Organizadores Natália Lampert Batista, Tascieli Feltrin, Maurício Rizzatti. – Ponta Grossa, PR: Atena Editora, 2019. – (Formação, Prática e Pesquisa em Educação; v. 3) Formato: PDF Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader Modo de acesso: World Wide Web Inclui bibliografia ISBN 978-85-7247-592-1 DOI 10.22533/at.ed.921190309 1. Educação – Pesquisa – Brasil. 2. Professores – Formação – Brasil. I. Batista, Natália Lampert. II. Feltrin, Tascieli. III. Rizzatti, Maurício. IV. Série. CDD 370.71
Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422	

Atena Editora
Ponta Grossa – Paraná - Brasil
www.atenaeditora.com.br
contato@atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

A obra **Formação, Prática e Pesquisa em Educação** apresenta um apanhado da produção à nível superior da área da Educação no Brasil, contemplando as três esferas: a formativa através de relatos que percorrem os processos formativos, relacionada ao ensino e às teorias da aprendizagem; a prática com destaque para as iniciativas extensionista e de inserção escolar e por último, mas não menos importante, a da pesquisa apresentando as temáticas que têm movimentado a produção científica e intelectual do ensino superior brasileiro na área educacional. A qual apresento brevemente a seguir.

O capítulo “A Alfabetização de Crianças Autistas” de autoria de Fabiana Boff Grenzel apresenta uma reflexão acerca de crianças autistas na alfabetização, enfatizando a necessidade de se criar estratégias para facilitar a aprendizagem destes educandos. “A Construção da Escrita Pré-Silábica e suas Implicações na Perspectiva da Psicogênese da Língua Escrita: Um Breve Estudo de Caso”, das autoras Telma Maria de Freitas Araújo, Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte e Maria Estela Costa Holanda Campelo apresenta, segundo as autoras, uma *Sondagem de Escritas*, através da qual é realizada uma análise da produção escrita de uma criança, a partir da teoria da psicogênese da língua escrita.

“A Evasão como Subsídio para a Avaliação Institucional: Um Estudo de Caso com Cursos de Engenharia em uma Universidade Pública”, de Joice Pereira da Silva Carvalho, Simone Portella Teixeira de Mello e Daniela Vieira Amaral concentra seu olhar na evasão escolar no ensino superior enquanto fenômeno capaz de subsidiar uma avaliação institucional. Marcos Gonzaga e Regina Magna Bonifácio de Araújo, por sua vez, apresentam uma síntese das características fundamentais da pesquisa qualitativa, com destaque para a História Oral no capítulo “A História Oral na Produção Acadêmica: Três Leituras Metodológicas”

Em “A Motivação no Processo de Ensino/Aprendizagem de Francês no Curso de Secretariado Executivo da UEM: Entendimento e Desafios”, Edson José Gomes intenciona identificar quais são os principais entraves a um desempenho satisfatório no processo de ensino/aprendizagem do francês como língua estrangeira no curso de SET. As autoras Rayuska Dayelly de Andrade e Sueldes de Araújo discutem a concepção de escola inclusiva em uma análise do município de Angicos no Rio Grande do Norte para o atendimento de uma aluna surda em “A Percepção de Professore(a)s sobre a Prática Pedagógica no Contexto Inclusivo.

Já Andressa Grazielle Brandt, **Nadja Regina Sousa Magalhães**, Aline Aparecida Cezar Costa e Luciana Gelsleuchter Lohn apresentam algumas reflexões sobre o campo da etnografia a partir de um estudo sobre a pesquisa etnográfica com crianças, em seu capítulo “Pesquisa Etnográfica com Crianças Pequenas: Aproximações Teórico-Metodológicas.

No capítulo “A Qualidade no Ensino à Distância: o Novo Aluno e o Novo Professor”

Jéssica Reis Silvano Barbosa e Gislaine Reis elaboram uma reflexão sobre a expansão do ensino à distância e analisam as mudanças advindas dessa expansão para o ramo da educação virtual. Já os autores Karla dos Santos Guterres Alves e Antônio Luiz Santana objetivam compreender a relação entre a Grounded Theory e o processo de reflexividade que envolve a pesquisa científica em seu capítulo “A Reflexividade na Grounded Theory”. Na sequência, Raimundo Ribeiro Passos, Afrânio Ferreira Neves Junior, Paulo Rogério da Costa Couceiro, Genoveva Chagas de Azevedo, Maria Marly de Oliveira Coêlho e Valdete da Luz Carneiro através de “Análise do Instrumento de Autoavaliação Institucional Utilizado na UFAM nos Anos de 2014 e 2015” realizam uma análise dos instrumentos utilizados pela Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Universidade Federal do Amazonas, e a verificação de sua evolução no processo avaliativo interno de 2014 e 2015.

Na perspectiva dos planejamento de sistemas universitários estaduais brasileiros, Nelson De Abreu Júnior Apresenta “Aspectos Socioeconômicos na Espacialização da Universidade Estadual de Goiás”, capítulo no qual se encontra uma pesquisa documental combinada com a análise de dados estatísticos acerca da educação superior pública estadual em Goiás. Tendo por objetivo apresentar e discutir a temática da avaliação da aprendizagem na área da Educação Física escolar, e apontar suas relações com os currículos Alessandra Andrea Monteiro e Vilma Lení Nista-Piccolo são as autoras de: “Avaliação da Aprendizagem na Educação Física Escolar na Rede Municipal de São Paulo e Paulo Freire: Aproximações e Distanciamentos”. Nesse sentido também, Andreia Gasparino Fernandes avalia através de uma revisão temática a problemática da garantia de vagas em creches públicas municipais do município de São José do Rio Preto frente à legislação educacional vigente em “Avaliação da Política de Oferta de Vagas em Creches na Rede Pública Municipal de Ensino de São José do Rio Preto”.

Sob a ótica da organização das diretrizes operacionais de ensino Alderita Almeida de Castro e Sueli Aparecida de Souza refletem sobre a implementação da avaliação das aprendizagens enquanto impulsionadora do processo do conhecimento na educação básica do Estado de Goiás, entre os anos de 2009 e 2014 no capítulo “Avaliação das Aprendizagens: a Significativa Ascensão do IDEB nas escolas do Estado de Goiás do ano de 2009 a 2014”. Tendo em vista a Avaliação Internacional de Estudantes (PISA) Glauco da Silva Aguiar e Ligia Gomes Elliot exploram o conceito de Oportunidade de Aprendizagem trazido pelo PISA 2012, analisando o desempenho do Brasil e de mais 11 países em “Avaliação em Matemática: Uso dos Resultados do Pisa 2012”.

No capítulo “Avaliação: Concepções e Implicações na Educação Infantil” Natascha Carolina de Oliveira Gervázi, Marcos Vinícius Meneguel Donati e José Roberto Boettger Giardinetto desenvolvem uma reflexão sobre a avaliação na Educação Infantil, através da análise e orientação a correta utilização da ferramenta portfólio. Ainda na perspectiva avaliativa Rosemary Farias Rufino, Santana Elvira Amaral da

Rocha e **Núbia do Socorro Pinto Breves** apresentam o capítulo “Avaliações em Larga Escala: Contribuições da ADE para Atingir a Meta da Proficiência no SAEB/INEP em Escolas Públicas Municipais de Manaus” no qual retratam a percepção dos estudantes em relação às contribuições das avaliações em larga escala no processo de ensino e aprendizagem das escolas públicas de ensino fundamental do município de Manaus.

Na sequência Andrialex William da Silva, Tarcileide Maria Costa Bezerra, Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro e Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro exibem “Concepções de Professores sobre a Educação Especial na Perspectiva Inclusiva: uma Visão Romântica ou Direito à Educação?” No qual discutem as concepções dos profissionais do sistema educacional do município Jardim de Angicos (RN) sobre a Educação Especial em uma perspectiva inclusiva. Ainda na perspectiva inclusiva, o capítulo “Criatividade e Altas Habilidades/Superdotação” de Guacira Quirino Miranda, Arlete Aparecida Bertoldo e Priscila Miranda Chaves apresenta uma revisão bibliográfica sobre a relação da criatividade com as altas habilidades/superdotação. Em “Desenhos e Desenhos: Conselhos Municipais de Educação” Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias e Rosimar de Fátima Oliveira analisam os elementos comuns do desenho institucional dos Conselhos Municipais de Educação (CMEs) no Brasil, como um dos fatores capazes de potencializar os esperados resultados democráticos dessas instâncias colegiadas.

A seguir Gildene do Ouro Lopes Silva, Amanda Lázari e Amanda Calefi Felex embasadas pelo modelo Oakland, Glutting E Horton realizaram a identificação dos estilos de aprendizagem em escolares do quarto ano do ensino fundamental no capítulo intitulado “Estilos de Aprendizagem no Modelo de Oakland, Glutting e Horton em Escolares do Ensino Fundamental I”. Já em “Financiamento da Educação: uma Análise a partir do Gasto Aluno-Ano nos Municípios do Paraná” Jokasta Pires Vieira Ferraz, Andrea Polena e Simony Rafaeli Quirino verificam o perfil de gasto aluno-ano dos municípios do Paraná, em 2014, em relação ao porte dos municípios. Em “Ideias Higienistas na Revista Pedagogium (1922-1923)” Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes, Arthur Beserra de Melo e Marlúcia Menezes de Paiva analisam a ocorrência de ideias higienistas na revista Pedagogium, durante os anos de 1922 e 1923.

Laura Renata Dourado Pereira em “O Ensino da Arte e a Interdisciplinaridade: Novos Modos de Pensar sobre a Produção do Conhecimento” propõe uma reflexão sobre a interdisciplinaridade como um possível caminho para superar a fragmentação do conhecimento existente. Na sequência, “O Professor como Mediador nas Habilidades de Leitura” de Clarice de Matos Oliveira e Thenner Freitas da Cunha analisa como o professor de Língua Portuguesa pode ser um facilitador no desenvolvimento das habilidades de leitura aferidas nas avaliações educacionais em larga escala. Na perspectiva do Projeto de Lei 7.180/14, Ana Carolina Fleury e Ivo Monteiro de Queiroz apresentam “O Projeto Escola Sem Partido e a Construção

de uma Educação Burguesa no Século XXI” a fim de compreender os conceitos e detectar a existência de uma relação entre a proposta, os fundamentos da educação e a perspectiva marxista. Em “Observatório Eçaí: a Aplicação do Estatuto da Criança e do Adolescente e outros Direitos Humanos na Fronteira Brasil-Bolívia” Cláudia Araújo de Lima sistematiza uma observação das políticas públicas voltadas à infância e à adolescência bem como investiga os fenômenos de violações de direitos de crianças e adolescentes na região da fronteira.

No capítulo “Os Desafios e as Demandas Socioculturais Brasileiras Frente à Inclusão Escolar” de Evaldo Batista Mariano Júnior, Maria Aparecida Augusto Satto Vilela e Valeska Guimarães Rezende da Cunha os autores retomam a temática das políticas públicas educacionais voltadas para a inclusão escolar com o intuito de fornecer subsídios a profissionais que atendam alunos portadores de necessidades especiais. Marcelo da Silva Machado em “Pacto Federativo na Educação e a Participação da União no Financiamento da Educação em Municípios da Região Metropolitana do Rio De Janeiro” realiza uma investigação sobre o pacto federativo e sua repercussão, entre os anos de 2008 e 2018, sobre o aumento das responsabilidades dos municípios na oferta de matrículas e, também de financiamento da educação na Região Metropolitana do Rio de Janeiro.

“Pedagogia Waldorf e Salutogênese: razões e caminhos no/do cotidiano escolar” de Elaine Marasca Garcia da Costa, Vilma Lení Nista-Piccolo reflete sobre a possibilidade de a área da Saúde ser edificada junto à Educação através da convergência de dois conceitos: a Salutogênese e o método pedagógico Waldorf. Na perspectiva de estabelecer um perfil do uso e descarte de óleo vegetal utilizado para o preparo de alimentos em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica de Tubarão Douglas Bardini Silveira, Eduardo Aquini e Isonel Maria Comelli Pave desenvolvem “Perfil de Descarte de Óleo de Cozinha em Escolas da Rede Pública Estadual de Educação Básica Situadas no Município de Tubarão, SC”. A fim de discutir a relação dos temas desenvolvidos na disciplina Filosofia das Ciências, no Programa de Pós-Graduação em Educação da UFRN, e suas possíveis aproximações e com a pesquisa sobre objetos de estudo associados ao higienismo dentro do campo da História da Educação, Arthur Beserra de Melo, Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes e Marlúcia Menezes de Paiva fundamentam o capítulo “Relações entre Temas da Disciplina Filosofia das Ciências e a Pesquisa sobre Higienismo no Campo da História da Educação”.

No capítulo “Representações Sociais das Práticas dos Professores de Educação Física acerca da Educação Física Escolar”, Bruno Viviani dos Santos, Sabrina Araujo de Almeida e Pedro Humberto Faria Campos analisam a representação social da prática pedagógica de 103 professores de Educação Física do ensino fundamental. Em “Sistema de Avaliação Escolar”, Katia Verginia Pansani traz um Relato de Experiência sobre os resultados positivos do Sistema de Avaliação Escolar – SAEsc no Colégio Progresso Campineiro. Para proporcionar uma compreensão sobre as

políticas públicas de financiamento, tais como o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), Jhonathan Martins da Costa, Carlos José de Farias Pontes e Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade publicam “Um Olhar Inicial a Respeito das Políticas Públicas de Financiamento no Brasil: Compreendendo o FUNDEB”. Laís Takaesu Ernandi, Willian Pereira da Silva, Suédina Brizola Rafael Rogato no capítulo “Uso do Medicamento na Infância: Reflexões sobre a Atuação Docente no Processo da Medicalização do Ensino” buscaram discutir o processo de medicalização na infância e a necessidade de problematização dessa questão.

Os textos, relatos de prática e conclusões de pesquisas tangentes às questões educacionais que compõem esse terceiro volume da obra Formação, Prática e Pesquisa em Educação portanto operam em favor de qualificar a produção do ensino superior brasileiro e subsidiar novas pesquisas, constituindo-se assim em importante devolutiva à sociedade dos investimentos feitos com a formação de profissionais da educação e pesquisadores.

Tascieli Feltrin

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
A ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS AUTISTAS	
<i>Fabiana Boff Grenzel</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903091	
CAPÍTULO 2	9
A CONSTRUÇÃO DA ESCRITA PRÉ-SILÁBICA E SUAS IMPLICAÇÕES NA PERSPECTIVA DA PSICOGÊNESE DA LÍNGUA ESCRITA: UM BREVE ESTUDO DE CASO	
<i>Telma Maria de Freitas Araújo</i>	
<i>Nadja Sabrina Silva Gomes Lopes Duarte</i>	
<i>Maria Estela Costa Holanda Campelo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903092	
CAPÍTULO 3	21
A EVASÃO COMO SUBSÍDIO PARA A AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL: UM ESTUDO DE CASO COM CURSOS DE ENGENHARIA EM UMA UNIVERSIDADE PÚBLICA	
<i>Joice Pereira da Silva Carvalho</i>	
<i>Simone Portella Teixeira de Mello</i>	
<i>Daniela Vieira Amaral</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903093	
CAPÍTULO 4	32
A HISTÓRIA ORAL NA PRODUÇÃO ACADÊMICA: TRÊS LEITURAS METODOLÓGICAS	
<i>Marcos Gonzaga</i>	
<i>Regina Magna Bonifácio de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903094	
CAPÍTULO 5	42
A MOTIVAÇÃO NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM DE FRANCÊS NO CURSO DE SECRETARIADO EXECUTIVO DA UEM: ENTENDIMENTO E DESAFIOS	
<i>Edson José Gomes</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903095	
CAPÍTULO 6	54
A PERCEPÇÃO DE PROFESSORE(A)S SOBRE A PRÁTICA PEDAGÓGICA NO CONTEXTO INCLUSIVO	
<i>Rayuska Dayelly de Andrade</i>	
<i>Sueldes de Araújo</i>	
DOI 10.22533/at.ed.9211903096	
CAPÍTULO 7	62
A PESQUISA ETNOGRÁFICA COM CRIANÇAS PEQUENAS: APROXIMAÇÕES TEÓRICO-METODOLÓGICAS	
<i>Andressa Grazielle Brandt</i>	
<i>Nadja Regina Sousa Magalhães</i>	
<i>Aline Aparecida Cezar Costa</i>	

CAPÍTULO 8 72

A QUALIDADE NO ENSINO À DISTÂNCIA: O NOVO ALUNO E O NOVO PROFESSOR

Jéssica Reis Silvano Barbosa

Gislaine Reis

DOI 10.22533/at.ed.9211903098

CAPÍTULO 9 80

A REFLEXIVIDADE NA GROUNDED THEORY

Karla dos Santos Guterres Alves

Antônio Luiz Santana

DOI 10.22533/at.ed.9211903099

CAPÍTULO 10 88

ANÁLISE DO INSTRUMENTO DE AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL UTILIZADO NA UFAM NOS ANOS DE 2014 E 2015

Raimundo Ribeiro Passos

Afrânio Ferreira Neves Junior

Paulo Rogério da Costa Couceiro

Genoveva Chagas de Azevedo

Maria Marly de Oliveira Coêlho

Valdete da Luz Carneiro

DOI 10.22533/at.ed.92119030910

CAPÍTULO 11 100

ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS NA ESPACIALIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE GOIÁS

Nelson de Abreu Júnior

DOI 10.22533/at.ed.92119030911

CAPÍTULO 12 109

AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM NA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR NA REDE MUNICIPAL DE SÃO PAULO E PAULO FREIRE: APROXIMAÇÕES E DISTANCIAMENTOS

Alessandra Andrea Monteiro

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030912

CAPÍTULO 13 119

AVALIAÇÃO DA POLÍTICA DE OFERTA DE VAGAS EM CRECHES NA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE ENSINO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO

Andreia Gasparino Fernandes

DOI 10.22533/at.ed.92119030913

CAPÍTULO 14	130
AVALIAÇÃO DAS APRENDIZAGENS: A SIGNIFICATIVA ASCENSÃO DO IDEB NAS ESCOLAS DO ESTADO DE GOIÁS DO ANO DE 2009 A 2014	
<i>Alderita Almeida de Castro</i>	
<i>Sueli Aparecida de Souza</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030914	
CAPÍTULO 15	141
AVALIAÇÃO EM MATEMÁTICA: USO DOS RESULTADOS DO PISA 2012	
<i>Glauco da Silva Aguiar</i>	
<i>Lígia Gomes Elliot</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030915	
CAPÍTULO 16	154
AVALIAÇÃO: CONCEPÇÕES E IMPLICAÇÕES NA EDUCAÇÃO INFANTIL	
<i>Natascha Carolina de Oliveira Gervázi</i>	
<i>Marcos Vinícius Meneguel Donati</i>	
<i>José Roberto Boettger Giardinetto</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030916	
CAPÍTULO 17	162
AVALIAÇÕES EM LARGA ESCALA: CONTRIBUIÇÕES DA ADE PARA ATINGIR A META DA PROFICIÊNCIA NO SAEB/INEP EM ESCOLAS PÚBLICAS MUNICIPAIS DE MANAUS	
<i>Rosemary Farias Rufino</i>	
<i>Santana Elvira Amaral da Rocha</i>	
<i>Núbia do Socorro Pinto Breves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030917	
CAPÍTULO 18	174
CONCEPÇÕES DE PROFESSORES SOBRE A EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA: UMA VISÃO ROMÂNTICA OU DIREITO À EDUCAÇÃO?	
<i>Andrialex William da Silva</i>	
<i>Tarcileide Maria Costa Bezerra</i>	
<i>Romênia Menezes Paiva Chaves Carneiro</i>	
<i>Renata Rosa Russo Pinheiro Costa Ribeiro</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030918	
CAPÍTULO 19	183
CRIATIVIDADE E ALTAS HABILIDADES/SUPERDOTAÇÃO	
<i>Guacira Quirino Miranda</i>	
<i>Arlete Aparecida Bertoldo</i>	
<i>Priscila Miranda Chaves</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030919	
CAPÍTULO 20	191
DESENHOS E DESENHOS: CONSELHOS MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO	
<i>Virgínia Coeli Bueno de Queiroz Matias</i>	
<i>Rosimar de Fátima Oliveira</i>	

DOI 10.22533/at.ed.92119030920

CAPÍTULO 21 203

ESTILOS DE APRENDIZAGEM NO MODELO DE OAKLAND, GLUTTING E HORTON EM ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL I

Gildene do Ouro Lopes Silva

Amanda Lázari

Amanda Calefi Felex

DOI 10.22533/at.ed.92119030921

CAPÍTULO 22 211

FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO: UMA ANÁLISE A PARTIR DO GASTO ALUNO-ANO NOS MUNICÍPIOS DO PARANÁ

Jokasta Pires Vieira Ferraz

Andrea Polena

Simony Rafaeli Quirino

DOI 10.22533/at.ed.92119030922

CAPÍTULO 23 224

IDEIAS HIGIENISTAS NA REVISTA PEDAGOGIUM (1922-1923)

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Arthur Beserra de Melo

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030923

CAPÍTULO 24 232

O ENSINO DA ARTE E A INTERDISCIPLINARIDADE: NOVOS MODOS DE PENSAR SOBRE A PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO

Laura Renata Dourado Pereira

DOI 10.22533/at.ed.92119030924

CAPÍTULO 25 241

O PROFESSOR COMO MEDIADOR NAS HABILIDADES DE LEITURA

Clarice de Matos Oliveira

Thenner Freitas da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030925

CAPÍTULO 26 250

O PROJETO ESCOLA SEM PARTIDO E A CONSTRUÇÃO DE UMA EDUCAÇÃO BURGUESA NO SÉCULO XXI

Ana Carolina Fleury

Ivo Monteiro de Queiroz

DOI 10.22533/at.ed.92119030926

CAPÍTULO 27 262

OBSERVATÓRIO EÇAÍ: A APLICAÇÃO DO ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE E OUTROS DIREITOS HUMANOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Cláudia Araújo de Lima

DOI 10.22533/at.ed.92119030927

CAPÍTULO 28 271

OS DESAFIOS E AS DEMANDAS SOCIOCULTURAIS BRASILEIRAS FRENTE À INCLUSÃO ESCOLAR

Evaldo Batista Mariano Júnior

Maria Aparecida Augusto Satto Vilela

Valeska Guimarães Rezende da Cunha

DOI 10.22533/at.ed.92119030928

CAPÍTULO 29 283

PACTO FEDERATIVO NA EDUCAÇÃO E A PARTICIPAÇÃO DA UNIÃO NO FINANCIAMENTO DA EDUCAÇÃO EM MUNICÍPIOS DA REGIÃO METROPOLITANA DO RIO DE JANEIRO

Marcelo da Silva Machado

DOI 10.22533/at.ed.92119030929

CAPÍTULO 30 309

PEDAGOGIA WALDORF E SALUTOGÊNESE: RAZÕES E CAMINHOS NO/DO COTIDIANO ESCOLAR

Elaine Marasca Garcia da Costa

Vilma Lení Nista-Piccolo

DOI 10.22533/at.ed.92119030930

CAPÍTULO 31 323

PERFIL DE DESCARTE DE ÓLEO DE COZINHA EM ESCOLAS DA REDE PÚBLICA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA SITUADAS NO MUNICÍPIO DE TUBARÃO, SC

Douglas Bardini Silveira

Eduardo Aquini

Isonel Maria Comelli Pavei

DOI 10.22533/at.ed.92119030931

CAPÍTULO 32 331

RELAÇÕES ENTRE TEMAS DA DISCIPLINA FILOSOFIA DAS CIÊNCIAS E A PESQUISA SOBRE HIGIENISMO NO CAMPO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO

Arthur Beserra de Melo

Amanda Vitória Barbosa Alves Fernandes

Marlúcia Menezes de Paiva

DOI 10.22533/at.ed.92119030932

CAPÍTULO 33 342

REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PRÁTICAS DOS PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA ACERCA DA EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR

Bruno Viviani dos Santos

Sabrina Araujo de Almeida

Pedro Humberto Faria Campos

DOI 10.22533/at.ed.92119030933

CAPÍTULO 34	355
SISTEMA DE AVALIAÇÃO ESCOLAR	
<i>Katia Verginia Pansani</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030934	
CAPÍTULO 35	363
UM OLHAR INICIAL A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL: COMPREENDENDO O FUNDEB	
<i>Jhonathan Martins da Costa</i>	
<i>Carlos José de Farias Pontes</i>	
<i>Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030935	
CAPÍTULO 36	372
USO DO MEDICAMENTO NA INFÂNCIA: REFLEXÕES SOBRE A ATUAÇÃO DOCENTE NO PROCESSO DA MEDICALIZAÇÃO DO ENSINO	
<i>Laís Takaesu Ernandi</i>	
<i>Willian Pereira da Silva</i>	
<i>Suédina Brizola Rafael Rogato</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030936	
CAPÍTULO 37	383
PRÁTICAS DE AVALIAÇÃO FORMATIVA NO COTIDIANO DAS SESSÕES TÓRIAS	
<i>Débora Cabral Nunes Polaz</i>	
<i>Raquel Aparecida de Oliveira</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030937	
CAPÍTULO 38	390
EDUCAÇÃO ESPECIAL EM MATO GROSSO DO SUL: INDICADORES DE MATRÍCULAS (2007-2016)	
<i>Wania Regina Aranda da Silva</i>	
DOI 10.22533/at.ed.92119030938	
SOBRE OS ORGANIZADORES	416
ÍNDICE REMISSIVO	417

UM OLHAR INICIAL A RESPEITO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO NO BRASIL: COMPREENDENDO O FUNDEB

Jhonathan Martins da Costa

Universidade Federal do Acre, Centro de Educação, Letras e Artes
Rio Branco - Acre.

Carlos José de Farias Pontes

Universidade Federal do Acre, Colégio de Aplicação
Rio Branco – Acre

Maria Valdiza Ferreira Moniz Andrade

União Educacional do Norte/AC, Departamento de Ciências Contábeis
Rio Branco – Acre

RESUMO: O presente estudo materializou-se no decorrer da disciplina “Estado, Políticas Públicas e Educação”, ministrada pela professora doutora Lúcia de Fátima Melo no Programa de Mestrado em Educação da Universidade Federal do Acre – UFAC. O artigo objetivou proporcionar uma compreensão inicial a respeito das políticas públicas de financiamento, sobretudo ao que se refere ao Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o qual constitui a principal política de financiamento da educação no país. Fora fundamental a integração e a análise das distintas perspectivas e conclusões de autores e pesquisadores, dos quais as obras eleitas foram: “Regulação das políticas educacionais”

(Dalila Andrade Oliveira), “Decifrar textos para compreender a política: subsídios teóricos – metodologias para análise de documentos” (Eneida Oto Shiroma, Roselane Fátima Campos e Rosalba Maria Cardoso Garcia), “Teorizando o estado e a globalização na política e políticas educacionais” (Guy Burton), “Política e gestão na educação básica no Brasil: limites e perspectivas” (Luiz Fernandes Dourado) e “Atuação dos organismos internacionais na educação” (Luiz Antônio Koritiake).

PALAVRAS-CHAVE: Projeto de Pesquisa. Educação Brasileira. FUNDEB.

AN INITIAL LOOK ABOUT THE PUBLIC POLICIES OF FINANCING IN BRAZIL: UNDERSTANDING FUNDEB

ABSTRACT: This study was developed in the course of the discipline State, Public Policies and Education, supervised by Professor Lúcia de Fátima Melo, during the Master’s Program in Education at the Universidade Federal do Acre (UFAC). This article aims to provide an initial understanding about public finance policies, especially when it comes to the Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) [the Fund for Maintenance and Development of Elementary Education and Teacher Professionalization and Upgrading], which is the main policy of financing education in

Brazil. Was crucial to integrate and analyze the different perspectives and conclusions of authors and researchers, of which the texts were elected: Regulation of educational policy (Dalila Andrade Oliveira); Decipher texts for understand the policy: theoretical basis - methodologies for document analysis (Aeneid Oto Shiroma, Roselane Fatima Campos and Rosalba Maria Cardoso Garcia); Theorizing the state and globalization in politics and education policy (Guy Burton); Policy and management in basic education in Brazil: limits and perspectives (Luiz Fernandes Dourado) and Performance text of international organizations in education (Luiz Antonio Koritiake)

KEYWORDS: Research project. Brazilian education. FUNDEB.

INTRODUÇÃO

Para Machado (2012) as políticas públicas fazem parte da ciência política e representam o Estado em ação. A partir da década de 1980, com o aumento na demanda das políticas públicas e em particular das políticas sociais houve paralelamente uma pressão dos organismos, sobretudo dos agentes internacionais no sentido de dimensionar e inserir a política pública num contexto de racionalidade do gasto público. O autor ressalta que a avaliação das políticas públicas é condição essencial para a obtenção do financiamento junto à esses organismos. Assim, a exigência de avaliar para financiar, acaba impondo novas regras quando o assunto é educação no Brasil e define a avaliação das políticas públicas como um método a ser utilizado a fim de mensurar e estereotipar a natureza de uma ação, programa, projeto e/ou política.

Holfing (2001) define a diferença entre Estado e governo. Segundo a autora Estado é o conjunto de instituições permanentes, ou seja, órgãos, tribunais que possibilitam a ação de Governo; já o Governo é o conjunto de programas e projetos que parte da sociedade propõe para todos, logo, é a orientação política de um determinado governo que desempenham as funções de Estado.

Segundo Holfing (2001) as políticas sociais são implantadas pelo Estado com o objetivo de determinar um padrão de proteção social para a redistribuição dos benefícios sociais visando a diminuição das desigualdades produzidas pelo desenvolvimento econômico, sendo (educação, saúde, previdência, habitação, saneamento, etc.) o foco dessas políticas no Brasil.

Ainda para Holfing (2001) a educação é uma política pública social de responsabilidade do Estado, que não é pensada apenas pelos seus organismos, mas considerando uma concepção crítica de Estado, pensar e atender a sociedade como um todo, sem privilegiar grupos detentores de poder econômico, mas programas de ação universalizam-te, possibilitando assim a incorporação de conquistas sociais pelos grupos e setores desfavorecidos e assim reverter o desequilíbrio social.

Haddad (1996), relata que o Banco Mundial tem imposto as políticas para a educação em todo o mundo. Todavia ressalta que, de acordo com declarações do

próprio Banco essas políticas nem sempre são homogêneas, as mesmas mudam conforme o País nas quais são implementadas. O autor coloca, por exemplo, o fato de na Bolívia a educação indígena bilíngue ser financiada pelo Banco, enquanto na Argentina o financiamento se dá na educação superior, mesmo quando os porta-vozes da instituição insistem em orientar a redução para o investimento público na educação superior. Assim o Banco Mundial traz como proposta o alívio da pobreza através da implementação efetiva de medidas, que segundo o autor, ao serem implementadas são contrárias a outro objetivo do Banco que é reduzir o gasto público.

Sobre uma perspectiva histórica do financiamento da educação pública no Brasil Gouveia e Souza (2015) descrevem que teve início sem a presença do Estado e colocam que o Estado português delegou tal função aos jesuítas. Assim, a fase de financiamento da educação brasileira através de políticas de fundos específicos constitui-se numa tensão entre o gerenciamento de recursos já estabelecido ou do reconhecimento da necessidade da expansão desses recursos e a necessidade de enfrentamento às desigualdades educacionais brasileiras com investimento público.

Para Koritiake (2010) diversos são os organismos internacionais que interferem nas políticas educacionais dos países emergentes. Tais organismos são inspirados no modelo neoliberal. Dessa forma, a abordagem para a educação básica tem caráter economicista e buscam impor prioridades como: mudança na legislação, investimentos, financiamentos e programas orientados aos ajustes econômicos.

As diretrizes do Banco Mundial (BM) para a educação básica dos países em desenvolvimento segundo Koritiake (2010) possui os seguintes elementos: a melhoria da qualidade e da eficácia da educação; a ênfase nos aspectos administrativos e financeiros; a descentralização e autonomia das instituições escolares; a maior participação dos pais e da comunidade nos assuntos escolares; o impulso para o setor privado e organizações não governamentais no terreno educativo; a alocação e mobilização eficaz de recursos adicionais para a educação; um enfoque setorial; a análise econômica como critério dominante na definição das estratégias. O autor continua argumentando que uma das preocupações do Banco Mundial está relacionada ao aumento da população mundial e nas pressões sociais que esse aumento pode gerar. Assim, a educação é vista como uma medida de contenção demográfica e aumento da produtividade. Por isso o Banco enfatiza a educação básica como foco de seus investimentos, pois considera ser a mesma preparatória da população, inclusive feminina, para o planejamento familiar vida produtiva. Também esclarece que o BM considera que os investimentos em educação básica poderão contribuir para a contenção da pobreza, redução das taxas de natalidade e maior inserção das mulheres pobres no mercado de trabalho.

Oliveira (2015) destaca que as novas formas de gestão e financiamento da educação emergidas na década de 1990, constituem em uma nova regulação dos sistemas escolares. Para a autora, tais regulações, surgem como supostas soluções técnicas e políticas para a resolução de problemas de ineficiência administrativa dos

sistemas escolares ou da busca por racionalização dos recursos existentes, para a ampliação do atendimento, bem como acompanhado da ideia de transparência (prestação de contas e demonstração de resultados) e de participação local.

Para Dourado (2007) a análise das políticas educacionais e da gestão educacional não pode ser reduzida à mera descrição dos seus processos de concepção, mas apreende-las no âmbito das relações sociais em que se forjam as condições para sua proposição e materialidade. O autor acrescenta que considerando a especificidade do sistema educacional brasileiro é necessário buscar aprender as concepções político-pedagógicas que norteiam a ação do governo federal no que concerne à proposição de ações e programas implementados visando à materialização das políticas na área, sem perder de vista que o processo sofre interferências de outras mediações.

Dourado (2007) considera que os programas federais de educação básica são atravessados por concepções distintas e antagônicas, o que realça o cenário contraditório das ações governamentais e enseja a necessidade de maior organicidade entre as políticas, ações e programas.

Nessa perspectiva, Dourado (2007) cita que após a aprovação de um Plano Nacional de Educação (PNE), sob a ótica gerencial e patrimonial várias políticas, programas e ações foram realizados pelo governo federal. Sendo que grande parte dessas políticas foram reorientadas a partir de 2003, entre elas destaca a ampliação do ensino fundamental de oito para nove anos; as políticas de ações afirmativas e, de modo estrutural a criação do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB). Que prevê a divisão de responsabilidades entre os entes federativos. A questão do regime de colaboração entre os entes ainda sem regulamentação para acontecer precisa de ações de articulação administrativa, pois a lógica de distribuição dos recursos do fundo é em função do número de matrículas no âmbito da atuação prioritária do ente federativo, conforme o disposto nos §§ 2º e 3º do art. 211 da Constituição Federal (CF). Ou seja, as matrículas municipais, no ensino médio não serão consideradas para a distribuição dos recursos do FUNDEB, pois as prefeituras devem atuar prioritariamente na educação infantil e no ensino fundamental.

Merece destaque, neste âmbito da colaboração, a distribuição proporcional das matrículas nos níveis de ensino, ajustada à demanda e à capacidade de atendimento de cada esfera, conforme dispõe a legislação (CF, art. 211, § 4º; LDB, art. 10, II, e art. 75, § 2º; Lei nº 11.494/07 – Fundeb). Ainda com base no aporte legal, Estados e Municípios podem celebrar convênios nos quais a transferência de responsabilidade por determinado número de matrículas seja acompanhada da correspondente transferência de recursos financeiros (Fundeb, art. 18). (ANDRADE, 2013, P. 393).

Sobre o regime de colaboração Andrade (2013) argumenta que a justificativa do regime de colaboração no Brasil tem amparo na assimetria da capacidade de autofinanciamento entre suas esferas administrativas, na herança da desigualdade de distribuição de renda da população, nas disparidades tributárias entre regiões, além

de outros elementos que reforçam a necessidade de um pacto federativo brasileiro que faça valer o sentido de sermos uma federação e desenvolvermos uma relação de reciprocidade entre suas partes constituintes.

Segundo Andrade (2013) o FUNDEB foi planejado para durar 14 anos e pretende corrigir as falhas deixadas pelo FUNDEF, que foi o primeiro fundo público pensado para a educação. Nele ficaram de fora, a educação infantil, a educação de jovens e adultos, bem como o ensino médio e os profissionais da educação. O autor coloca que a Lei nº 11.494/2007 previu o controle social sobre os recursos do fundo quando determinou a criação de um conselho de fiscalização do recursos representado por sujeitos sociais vinculados à escola, sendo pelo menos dois pais e dois estudantes, além de um representante dos conselhos tutelares no âmbito dos municípios. A legislação do fundo ainda estabelece impedimentos sobre a participação no conselho de membros do Executivo, prestadores de serviços e pais que ocupem função de confiança de participarem nesses conselhos.

O FUNDEB foi criado pela Emenda Constitucional 53 de 2006, que o inseriu no artigo 60 e seguintes do ADCT, em substituição ao FUNDEF, que terminaria sua vigência naquele ano. Segundo Nunes (2016) o objetivo do Fundo é o de garantir recursos para a manutenção e desenvolvimento da educação básica, além de assegurar “remuneração condigna dos trabalhadores da educação” (ADCT, artigo 60), que se sintonizam com os pontos de chegada definidos pela Constituição para a educação. A Emenda previu os recursos que fariam parte do Fundo e a forma como devem ser gastos (pontos de partida), além de estabelecer que seu término se dê em 2020 (ADCT, artigo 60, caput). Os recursos do fundo estão definidos no Art. 212 da CF, que determina que a União deverá aplicar no mínimo 18% das receitas de impostos, sendo os Estados e Municípios 25% em educação. Parte desses recursos são direcionados ao FUNDEB que possui 27 fundos contábeis no total.

Segundo Nunes (2016) o FUNDEB é composto por 20% das receitas dos seguintes impostos e transferências constitucionais: ITCMD, ICMS, IPVA, imposto residual da União (ainda não criado), ITR, parcela do IR e IPI devida ao FPE, e FPM, parcela do IPI, e receitas da dívida ativa tributária desses impostos. Ou seja, o FUNDEB é uma espécie de cesta na qual devem ser colocados as receitas vinculadas à educação com finalidades de gastos específicos na educação. O principal critério para a distribuição dos recursos é o número de alunos matriculados, logo a aferição se dará pelos resultados constantes do Censo Escolar, que é coordenado pelo Instituto Nacional de estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). O Censo Escolar é realizado mediante coordenação entre todos os entes federativos.

Por ser o FUNDEB uma política pública vinculatória em sua origem, ou seja, o fundo depende das receitas arrecadadas. Assim, Nunes (2016) demonstra que, após o encerramento do exercício orçamentário, procedesse a contabilização e possíveis ajustes, logo, verifica-se que considerando o movimento arrecadatório, não foi previsto mecanismo capaz de manter o valor mínimo por aluno mesmo em períodos de déficit

de arrecadação.

Para Andrade (2013) a criação do FUNDEB significou o estabelecimento de mudanças expressivas na política de financiamento da educação básica brasileira. Por tratar-se de um fundo de natureza estritamente contábil, não foi necessário criar um órgão específico para operacionalizar sua administração, pois sua finalidade é de apenas abrigar recursos que atendessem a saques em contas bancárias dos Estados, Distrito Federal e Municípios, sendo as cotas de cada um desses entes federados definidas e transferidas automaticamente com base no número de matrículas regular das respectivas redes de ensino.

A criação do FUNDEB para além das demais finalidades e interesses é também o atendimento do clamor dos educadores ao escreverem o Manifesto dos Pioneiros da Educação, que em 1932 já pensavam em reservar parte do orçamento público especificamente para investimentos em educação.

Mas, subordinada a educação pública a interesses transitórios, caprichos pessoais ou apetites de partidos, será impossível ao Estado realizar a imensa tarefa que se propõe da formação integral das novas gerações. Não há sistema escolar cuja unidade e eficácia não estejam constantemente ameaçadas, senão reduzidas e anuladas, quando o Estado não o soube ou não o quis acautelar contra o assalto de poderes estranhos, capazes de impor à educação fins inteiramente contrários aos fins gerais que assinala a natureza em suas funções biológicas. Toda a impotência manifesta do sistema escolar atual e a insuficiência das soluções dadas às questões de caráter educativo não provam senão o desastre irreparável que resulta, para a educação pública, de influências e intervenções estranhas que conseguiram sujeitá-la a seus ideais secundários e interesses subalternos. Daí decorre a necessidade de uma ampla autonomia técnica, administrativa e econômica, com que os técnicos e educadores, que têm a responsabilidade e devem ter, por isto, a direção e administração da função educacional, tenham assegurados os meios materiais para poderem realizá-la. Esses meios, porém, não podem reduzir-se às verbas que, nos orçamentos, são consignadas a esse serviço público e, por isto, sujeitas às crises dos erários do Estado ou às oscilações" do interesse dos governos pela educação. A autonomia econômica não se poderá realizar, a não ser pela instituição de um "fundo especial ou escolar", que, constituído de patrimônios, impostos e rendas próprias, seja administrado e aplicado exclusivamente no desenvolvimento da obra educacional, pelos próprios órgãos do ensino, incumbidos de sua direção. (Manifesto dos Pioneiros da Educação).

Carvalho (2012) relata que em 1946, Anísio Teixeira apresentou a proposta de constituição de um fundo de educação municipal voltado exclusivamente ao ensino primário. A proposta que visava ampliar o número de vagas no ensino primário, prevendo recursos financeiros oriundos de dotações orçamentárias dos estados e dos municípios, e produtos de algumas taxas e impostos, para o número de alunos em idade escolar e não apenas para os que estavam matriculados. Além disso, os recursos

do fundo seriam administrados e aplicados pelos conselhos municipais de ensino. Entretanto, tal proposta se mostrava ambiciosa demais para a época, pois exigia do Estado maior compromisso financeiro e descentralização da gestão dos recursos para os conselhos, a mesma “sofreu várias”. Além disso, como fundo municipal, este não seria capaz de resolver as disparidades regionais no financiamento da educação.

Sobre o financiamento para o setor educacional Carvalho (2012) destaca que o estado tem se mostrado mínimo e que a destinação dos recursos para o setor educacional nunca foi efetivamente concebido a partir das necessidades reais dos alunos, ao contrário, foi estabelecida uma quantidade mínima de recursos o que a autora considera como lógica perversa de financiamento que embora seja um passo inicial importante, não favorece a concretização de uma educação de qualidade, além de poupar o governo central (União), que mantém a situação do financiamento da educação distante do mínimo aceitável. Ainda destaca que as medidas tomadas no governo FHC ao implementar as reformas no âmbito educacional, foram orientadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI) e totalmente coerentes com a política macroeconômica do BM. Nessa orientação, a focalização dos gastos sociais, sendo principalmente os gastos educacionais no ensino fundamental seriam municipalizados, sendo o papel da União de controlar, avaliar e dar apoio técnico e financeiro de caráter subsidiário e suplementar. Tais orientações tiveram continuidade com o início do governo do presidente Lula.

Para Duarte (2005) o federalismo no Brasil historicamente tem convivido com excessiva desigualdade socioeconômica entre seus entes e com a centralização da formulação de políticas educacionais na União, o que cabe analisar se a atual organização federativa da política de financiamento na regulação dos sistemas públicos responsáveis pela oferta de serviços de fato efetivam o direito comum à educação básica. Para a autora a estrutura de financiamento é complexa, pois a ampliação dos recursos depende do crescimento da arrecadação proveniente de fontes do aparato fiscal específico e desigual dos estados e municípios, com expressiva participação das transferências constitucionais obrigatórias. Parcela menos expressiva provém de contribuição social criada para a educação – o salário-educação. Outra parte provém de operações de crédito com agências internacionais e, por último, há fontes em que entram desde as aplicações financeiras do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), os recursos arrecadados diretamente pelos sistemas de ensino (estaduais e municipais) e pelas instituições vinculadas ao setor privado.

Andrade (2013) sobre a relação entre os três níveis de poder federado coloca que essa ainda é pautada pelo exercício decrescente de poder e que se manifesta por decisões impostas pela esfera hierarquicamente mais elevada, ou pela transferência de encargos, o que pode acontecer sem a distribuição na mesma proporção dos meios e recursos necessários. O autor afirma haver uma situação na qual a colaboração entre o Município, o Estado e a União é circunscrita à distribuição de matrículas da Educação Básica, sem que haja a elaboração de uma agenda programática

de intervenções acordadas entre ambas esferas de poder. Ainda, não há ações necessárias à melhoria não somente do atendimento às demandas específicas de níveis e modalidades do ensino, mas, sobretudo, do provimento de meios de obter êxito nas conquistas quanto aos parâmetros almejados de qualidade da educação.

Segundo Andrade (2013) ainda que tenhamos o regime de colaboração preconizado no artigo 211 da Constituição Federal, e mesmo que a Lei de Diretrizes e Bases (LDB) tenha reafirmado no artigo 8º o que se constata é a indefinição do que cabe a cada instância de poder, principalmente quanto à constituição de instrumentos que explicitem os papéis de cada esfera administrativa, bem como as ações que serão pactuadas entre os sistemas de educação com o objetivo de alcançar toda a Educação Básica no âmbito municipal.

Sobre a política de financiamento e o debate sobre federalismo e Regime de Colaboração no Brasil Andrade (2013) entende que os desafios que emanam da experiência com os fundos de natureza contábil tem servido para o provimento de uma agenda transitória, mas também tem suscitado a discussão sobre o valor do investimento a ser garantido para se atingir a totalidade do gasto com a Educação Básica no Brasil, o que está imbricada com as lutas pela redução das desigualdades entre os entes de poder federado.

CONCLUSÃO

Tendo como base o estudo do referencial teórico que trata dos assuntos inerentes às políticas públicas em educação no Brasil, o estudo buscou demonstrar que para analisar a política do FUNDEB, que é um dos principais financiadores da educação pública no País é essencial compreender o experiente debate sobre Federalismo e o Regime de Colaboração, posto que o mesmo guarda consonância com a política de financiamento da educação através dos fundos de natureza contábil, no caso, o FUNDEB.

A análise teve como objetivo a política pública de financiamento da educação realizada através do FUNDEB e os estudiosos do assunto demonstram uma preocupação comum sobre o fato de ser o fundo uma política provisória sendo que tem como prazo final 31 de dezembro de 2020. Dada a fragilidade e gravidade dos problemas educacionais será difícil solucioná-los em menos de cinco anos. Assim, é urgente que se estabeleça uma política de caráter permanente para o financiamento da educação, caso contrário os municípios que possuem o maior número de alunos passarão por problemas por falta de capacidade de financiar a educação.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Edson Francisco. Santa Maria | v. 38 | n. 2 | p. 389-402 | maio/ago. 2013.

BARROS, Roque Spencer M. Diretrizes e Bases da Educação Nacional. São Paulo: Livraria Pioneira, 1960.

____BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil: 1988. Brasília: Senado Federal, 2009.

____BRASIL. Lei de diretrizes e bases da educação nacional: nova LDB. (Lei n. . 9.394). Rio de Janeiro: Ed., 1998. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

____BRASIL. Lei n. 4.320, de 17 de março de 1964. Institui normas gerais de direito financeiro para a elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 15 abril de 2016

____BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Brasília. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 16 de abril de 2016.

____BRASIL. Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB. Disponível em: < <http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 09 abril de 2016.

BURTON, Guy. Teorizando o Estado e a Globalização na Política e Políticas Educacionais. Práxis Educativa, Ponta Grossa, v. 9, n. 2, p. 315-332, jul/dez 2014. Disponível em <http://www.revista2vepgr/index.php/praxiseducativa>.

CARVALHO, Fabrício Aarão Freire. Financiamento da educação: do FUNDEF ao FUNDEB – repercussões da política de fundos na valorização docente da Rede Estadual de Ensino do Pará – 1996 a 2009 / Fabrício Aarão Freire Carvalho; orientação Rubens Barbosa de Camargo. São Paulo: s.n., 2012.

DOURADO, Luiz Fernandes. Política e Gestão da Educação Básica no Brasil: limites e perspectivas. Educ. soc. Campinas, v. 28, n. 100. Especial, p. 921-946, out. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>.

DUARTE, Marisa Ribeiro Teixeira. Educ. Soc., Campinas, vol. 26, n. 92, p. 821-839, Especial - Out. 2005 Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

HADDAD, S. (Orgs.). O Banco Mundial e as Políticas Educacionais. São Paulo: Cortez/Ação Educativa/PUC-SP, 1996.

HOFFLING, Eloisa de Mattos. Estado e políticas públicas sociais. Caderno Cedes, ano XXI, n. 55, novembro/2001.

KORITIAKE, Luiz Antonio. Atuação dos Organismos Internacionais na Educação. Universidade de Sorocaba/Brasil. Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza.

MACHADO, Nelson ... [et all]. Gestão baseada em resultado no setor público: uma abordagem didática para implementação em prefeituras, câmaras municipais, autarquias, fundações em unidades organizacionais. São Paulo: Atlas, 2012.

NUNES, Alynne Nayara Ferreira. O FUNDEB NA PRÁTICA: Uma análise jurídica dos desafios para a implementação de políticas públicas no Brasil / Alynne Nayara Ferreira Nunes. 2016.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. Regulação das políticas educacionais. Educ. Soc., Campinas, Vol. 26, n. 92, p. 753 – 775, especial, Out. 2005. Disponível em <http://www.cedesunicamp.br>.

Revista HISTEDBR On-line, Campinas, n. especial, p.188–204, ago. 2006 - ISSN: 1676-2584 188. O MANIFESTO DOS PIONEIROS DA EDUCAÇÃO NOVA.

SHIROMA, Eneida Oto, et all. O que você precisa saber sobre [...] política educacional. Rio de Janeiro, DP&ª 2004

ÍNDICE REMISSIVO

A

Alfabetização 5, 1, 10, 242, 276

Altas habilidades 190

Aprendizagem 5, 6, 7, 3, 8, 72, 117, 118, 141, 143, 144, 145, 146, 152, 162, 172, 203, 210, 330, 348, 381, 383

Autismo 1, 2, 3, 8, 278

Avaliação educacional 172

Avaliações em larga escala 162

C

Concepções 6, 7, 175

Conselhos municipais de educação 200

Criatividade 7, 183, 185, 189, 190

E

Educação 2, 5, 6, 7, 8, 9, 6, 9, 10, 11, 12, 19, 20, 22, 23, 30, 31, 37, 38, 41, 51, 61, 62, 72, 78, 80, 88, 89, 99, 102, 105, 108, 109, 110, 111, 112, 113, 114, 115, 116, 117, 118, 119, 120, 121, 122, 123, 124, 125, 127, 128, 129, 130, 131, 132, 133, 134, 135, 136, 137, 138, 139, 140, 141, 145, 148, 152, 153, 154, 155, 156, 157, 158, 161, 162, 163, 164, 167, 171, 172, 174, 175, 176, 177, 178, 179, 180, 181, 182, 183, 189, 191, 193, 194, 195, 196, 198, 199, 200, 201, 202, 203, 210, 211, 212, 213, 214, 215, 221, 222, 223, 224, 225, 230, 231, 232, 235, 239, 241, 242, 245, 247, 249, 250, 251, 255, 257, 259, 260, 261, 262, 270, 271, 272, 273, 274, 275, 276, 277, 281, 282, 283, 284, 288, 289, 292, 294, 295, 296, 297, 298, 303, 305, 306, 307, 309, 310, 311, 316, 317, 319, 320, 321, 323, 326, 327, 328, 329, 330, 331, 332, 333, 334, 335, 336, 337, 339, 340, 341, 342, 343, 344, 345, 349, 350, 351, 352, 353, 354, 355, 358, 359, 363, 366, 368, 369, 370, 371, 374, 381, 383, 389, 390, 391, 393, 394, 395, 396, 397, 398, 399, 400, 401, 402, 403, 404, 405, 406, 407, 408, 409, 410, 411, 412, 413, 414, 415

Educação à distância 72

Educação básica 307, 349

Educação especial 176, 182, 273

Educação física 352, 353

Educação infantil 215, 413

Engenharias 21, 23, 26, 27, 28, 29

Ensino 5, 6, 7, 9, 1, 5, 23, 30, 42, 51, 62, 72, 76, 88, 89, 99, 103, 104, 105, 107, 108, 117, 118, 122, 129, 130, 131, 132, 134, 135, 137, 138, 141, 157, 166, 193, 203, 207, 210, 212, 214, 215, 239, 243, 245, 249, 251, 284, 288, 316, 328, 344, 371, 382, 391, 395, 396, 403, 407

Escola 7, 4, 54, 109, 123, 124, 125, 134, 172, 182, 212, 213, 226, 227, 250, 251, 252, 254, 255, 256, 257, 259, 261, 282, 296, 297, 306, 307, 311, 316, 319, 321, 322, 403, 415

Escrita pré-silábica 18

Estudantes 6, 89, 111, 141, 142, 162, 245

Etnografia 62

Evasão 5, 23, 25, 26, 27, 30, 31

F

Formação de professores 62

Francês 5, 42, 43, 52

I

IDEB 6, 12, 130, 131, 132, 135, 137, 138

Inclusão 8, 31, 175, 182, 271, 272, 275, 276, 281, 282, 396, 415

O

Observação 154

Oportunidade de aprendizagem

Oralidade 32

P

Pesquisa 2, 5, 8, 9, 20, 31, 32, 41, 61, 62, 80, 87, 118, 139, 166, 168, 169, 182, 201, 210, 267, 269, 270, 283, 331, 354, 363, 376, 381, 383, 413, 414, 415

Pesquisa qualitativa 62, 413

PISA 2012 6, 12, 141, 142, 143, 144, 145, 146, 148, 150, 151, 152, 153

Práticas pedagógicas 54, 117

Psicogênese da língua escrita 20, 161

R

Reflexividade 6, 80

S

SINAES 88, 89, 91, 93, 97, 99

Superdotação 7, 183, 190, 398

Surdez 54, 398

U

UFAM 6, 11, 88, 89, 90, 91, 93, 94, 96, 97, 98, 99

Universidade 5, 6, 9, 30, 31, 32, 41, 42, 43, 46, 52, 54, 61, 62, 63, 71, 72, 78, 80, 88, 89, 98, 99, 100, 102, 108, 117, 118, 129, 134, 154, 161, 174, 176, 182, 183, 191, 201, 203, 210, 211, 222, 224, 225, 241, 250, 262, 263, 269, 271, 281, 282, 283, 309, 311, 321, 326, 331, 333, 342, 353, 363, 371, 372, 381, 382, 383, 384, 389, 390, 408, 414, 415

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-592-1

